

Pompeu quer evitar “terror”

Andrei Meireles

O terceiro secretário do Senado, Pompeu de Sousa, classificou, ontem, da tribuna, de “absolutamente inaceitável” o ofício enviado pelo diretor-geral em exercício do Senado, Antonio Carlos Nantes de Oliveira, às chefias da Casa, solicitando os nomes de funcionários a serem colocados em disponibilidade. Pompeu de Sousa, porém, manifestou sua concordância com a demissão dos funcionários fantasmas do Senado, “se os houver e onde os houver”, mas ressaltou: “não indiscriminadamente, estabelecendo um clima de terror entre os servidores”. Mesmo sendo alvo nos últimos dias de críticas por parte de vários senadores, inclusive de integrantes da Mesa, Antônio Carlos não deverá ser exonerado, pois ainda conta com o respaldo para permanecer no cargo do presidente do Senado, Nelson Carneiro, e, principalmente, do 1º secretário, Mendes Canalle.

Em seu discurso, Pompeu de Sousa defendeu um tratamento igual para os funcionários efetivos e os que exercem cargos de confiança: “Se houver a exigência de ponto para uns, deve também haver para os outros. Sou contra a aristocracia, com funcionários isentos de ponto e outros submetidos a ele obrigatoriamente”.

Muitos senadores, porém, reagem a essa proposta de tratamento igualitário, pois consideram uma ingerência indébita em seus gabinetes o controle sobre os seus servidores de confiança. Isto possibilita que funcionários sejam lotados em gabinetes de senadores e não compareçam ao trabalho, alguns deles inclusive moram em outras cidades. Este é o caso, por exemplo, da mulher do prefeito de Três Rios, no Rio de Janeiro, o ex-deputado Alberto Lavinias, que continua a receber salários, mas permanece em sua cidade cumprindo o papel de primeira dama do município.

Cada senador tem direito a três assessores de confiança que não precisam morar e trabalhar em Brasília, mas se forem integrantes do quadro efetivo do Senado não podem ser deslocados para outras cidades. O senador Jutahy Magalhães, ex-primeiro secretário do Senado, que há anos luta, sem êxito, pelo afastamento dos funcionários fantasmas, é favorável à manutenção dessa norma em relação aos três cargos de confiança, mas prega rigor em relação a todos os demais existentes no Senado, como os que pertencem ao quadro da Casa, têm estabilidade funcional e estão obrigados, há mais de um ano, a bater o ponto na entrada e saída do expediente.